



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

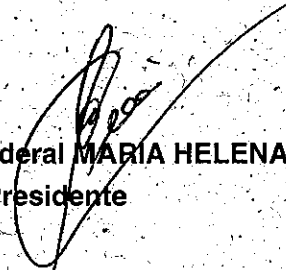
PORTARIA Nº T2-PTP-2012/00717 DE 26 DE SETEMBRO DE 2012.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2012, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.


Desembargadora Federal MARIA HELENA CISNE
Presidente

/egc

Classif. documental 10.06.01.02



T2PTP201200717A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2011 A AGOSTO/2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	945347,7	1496,01	946843,71
Pessoal Ativo	795.515	1.255	796.770
Pessoal Inativo e Pensionistas	149.833	241	150.074
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	141238,78	103,45	141342,23
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	484	11	495
Decorrentes de Decisão Judicial	133	0	133
Despesas de Exercícios Anteriores	3.686	92	3.778
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	136.935	0	136.935
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	804108,92	1392,56	805501,48

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			600.187.795
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,133976%	0,000232%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,257251%		1.543.989
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,244388%		1.466.790

FONTE: SIAFI Gerencial

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Os gastos com Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral foram excluídos da Despesa com Pessoal Ativo e Pessoal Inativo e Pensionistas, em face da determinação do Acórdão nº 894/2012-TCU-Plenário, e em face dos esclarecimentos trazidos pelo Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF, de 02/07/2012, o que resultou em diferença nos valores informados de Restos a Pagar não Processados em relação aos do quadrimestre anterior.

MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LESSA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

JADERSON CORREA DOS PASSOS
Diretor da Secretaria Geral